

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS**

##### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2021

##### Processo Administrativo n° 23091.007600/2021-45

Torna-se público que a Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, por meio do Setor de Licitações, sediada na Av. Francisco Mota, 572, CEP: 59.625-000, Costa e Silva, Mossoró/RN, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **com critério de julgamento menor preço por grupo,** sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão: 20/07/2021**

**Horário: 09:00hs (horário de Brasília)**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – https://www.gov.br/compras/pt-br/

**1. DO OBJETO**

* 1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de fornecimento, instalação e remoção de forros, para atender as demandas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, nos *campi* em Mossoró/RN, Angicos/RN, Caraúbas/RN e Pau dos Ferros/RN**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
  2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 6 (seis) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
  3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.1.** As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15252/153033; Fonte: 8100;

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0024;

Elemento de Despesa: 339039.00; e

PI: 169468.

**3. DO CREDENCIAMENTO**

* 1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
  2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br,](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/) por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
  3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
  4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros
  5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
     1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

**4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

* 1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
  2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
     1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
     2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
     3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
     4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
     5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
     6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
     7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
     8. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)
        1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.
     9. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
  3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

1. detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
2. de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
   * 1. Para os fins do disposto neste item*,* considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);
   1. Nos termos do art. 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
   2. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
      1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
         1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
         2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
      2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
      3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
      4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
      5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
      6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
      7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
      8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
   3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

##### Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto

##### ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

* 1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
  2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
  3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
  4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
  5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema
  6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
  7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

* 1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

##### valor unitário e total do item;

* + 1. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência
  1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
  2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;
     1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.
     2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2° da IN SEGES/MPDG n.5/2017.
  3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
  4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
  5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60(sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.
  6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
     1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

**7.**

**DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE**

**LANCES**

* 1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
  2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
     1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante.**
     2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
     3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
  3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
  4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
  5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
  7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

##### O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

##### Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

##### A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

##### Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

##### Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

##### Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

##### Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

##### Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

* 1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
  2. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
  3. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
  4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
  5. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
  6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
  7. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
     1. prestados por empresas brasileiras;
     2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
     3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
  8. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
  9. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
     1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
     2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas e no máximo de 1 (um) dia, a critério do pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
        1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
  10. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

* 1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
  2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:
     1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
     2. contenha vício insanável ou ilegalidade;
     3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
        1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
  3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
  4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
     1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
  5. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro para a realização de diligências será de até 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado, por igual período, por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
  6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;
  7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
  8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
  9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
  10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

**9. DA HABILITAÇÃO**

* 1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1. SICAF;
2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)%3B)
3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php).](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php))
4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
   * 1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)
     2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
        1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
           1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
           2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
     3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
     4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
   1. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
      1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
      2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
      3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
   2. Havendo Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas e no máximo de 1 (um) dia, a critério do pregoeiro, sob pena de inabilitação.
   3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
   4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
   5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
      1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
   6. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

##### Habilitação jurídica:

* + 1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
    2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada

- EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

* + 1. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
    2. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
    3. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
    4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

##### Regularidade fiscal e trabalhista:

* + 1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
    2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
    3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
    4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
    5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
    6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
    7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

##### Qualificação Econômico-Financeira:

* + 1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
    2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua

substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

* + - 1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
      2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
    1. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante Passivo Circulante

* + 1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

##### Qualificação Técnica:

* + 1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por período não inferior a 1 (um) ano, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
       1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
    2. Apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, na forma do Anexo IV.
       1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme anexo V deste Edital.
  1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
  2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
     1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
  3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) diasúteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
  4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
  5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
  6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
  7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

* 1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 2 (duas) horas e máximo de 1 (um) dia, a critério do pregoeiro, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.
  2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
  3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
  4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
     1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
  5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
  6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
  7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

**11. DOS RECURSOS**

* 1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
     1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
     2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
     3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
  2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

* 1. A sessão pública poderá ser reaberta:
     1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
     2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
  2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
     1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.
     2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

**13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

* 1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
  2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**14.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

**15. DO TERMO DE CONTRATO**

* 1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
  2. O adjudicatário terá o prazo 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
     1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias,, a contar da data de seu recebimento.
     2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
  3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
     1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
     2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
     3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
  4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual.
  5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
     1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
     2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
  6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
  7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

**16. DO REAJUSTE**

**16.1.** As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

**17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**17.1.** Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

**18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**18.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

**19. DO PAGAMENTO**

* 1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.
     1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

**20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

* 1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
     1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
     2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
     3. apresentar documentação falsa;
     4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
     5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
     6. não mantiver a proposta;
     7. cometer fraude fiscal;
     8. comportar-se de modo inidôneo;
  2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
  3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
     1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
     2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
     3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
     4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
     5. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Edital.
     6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
  5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
  6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
  7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
  8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
  9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
  10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
  11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
  12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
  13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

**21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

* 1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
  2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [pregao@ufersa.edu.br,](mailto:pregao@ufersa.edu.br) através de envio de arquivo em PDF e Word (o arquivo em Word é necessário para que seja possível a disponibilização do requerido no sistema).
  3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
  4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
  5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
  6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
  7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
     1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
  8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

**22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

* 1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
  2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útilsubsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
  3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
  4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
  5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
  6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
  7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
  8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
  9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

##### O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/) e [www.licitacao.ufersa.edu.br/noticias/.](http://www.licitacao.ufersa.edu.br/noticias/)

* 1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
     1. ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar – ETP;
     2. ANEXO II - Termo de Referência;
     3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato;
     4. ANEXO IV - Modelo de Termo de Vistoria;
     5. ANEXO V - Modelo de Declaração de Desistência de Vistoria; e
     6. ANEXO VI - IMR.

##### ANEXO I

##### Estudo Técnico Preliminar 22/2021

##### Informações Básicas

Número do processo: 23091.007600/2021-45.

##### Objeto da Contratação

Contratação de serviços de fornecimento, instalação e remoção de forros, para atender as demandas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, nos campi em Mossoró/RN, Angicos/RN, Caraúbas/RN e Pau dos Ferros/RN.

##### Descrição da necessidade

Instalação e manutenção dos forros existentes para alcançar o conforto térmico, estético e acústico das edificações da Ufersa.

Problemas: forros com fissuras, buracos, ausência de peças, entre outros danos. Esses problemas aparecem nos forros devido a infiltrações nos telhados, demolições para correções de vazamentos de tubulações hidrossanitárias e passagens de instalações novas. Este contrato, além de corrigir os forros danificados, prevê a instalação dos alçapões que evitarão futuras demolições para correções de vazamentos de tubulações hidrossanitárias e passagens de instalações novas, evitando gastos futuros com retrabalho.

##### Área requisitante

**Área Requisitante Responsável:** DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES FÍSICAS – DMIF

**Responsável:** CÍCERA LYNDIANE FERREIRA LIMA

##### Descrição dos Requisitos da Contratação

Segue:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **NOME** | **CATEGORIA** | **UNIDADE** | **QUANT.** |
| 1 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em placas de **gesso liso** | Instalação e/ou manutenção. | m² | 157,281 |
| 2 | Serviço de remoção/desmontagem de forro de gesso de forma manual | Remoção e/ou desmontagem. | m² | 40,000 |
| 3 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em réguas de **PVC**, na cor branca | Instalação e/ou manutenção. | m² | 91,000 |
| 4 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em placas de gesso acartonado (**DRYWALL**) | Instalação e/ou manutenção. | m² | 170,053 |
| 5 | Serviço de fornecimento com instalação de forro composto por painéis de **lã de vidro** | Instalação e/ou manutenção. | m² | 541,328 |
| 6 | Serviço de remoção/desmontagem de forros de drywall, PVC e fibromineral de forma manual | Remoção e/ou desmontagem. | m² | 100,000 |

|  |  |
| --- | --- |
| **ITEM** | **DETALHE DO ITEM** |
| 1 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em placas de **gesso liso**, medindo 60cmx60cm e espessura de 12mm na cor branca, com sustentação em arame galvanizado revestido com plástico, inclusive fixação e rejuntamento. Ainda, juntas de dilatação (tabicas) e alçapão (ver figura 01) quando solicitado. Assim como manutenção corretiva. Garantia mínima dos serviços de 6 (seis) meses.  **Detalhes de execução:**  O serviço deve ser feito por profissionais capacitados;  Checar se os EPC necessários estão instalados (Isolar e sinalizar o ambiente para evitar acidentes com transeuntes); Usar os EPI exigidos para a atividade. |

|  |  |
| --- | --- |
| 2 | Serviço de remoção ou desmontagem de forro de gesso de forma manual.  **Detalhes de execução:**  O serviço deve ser feito por profissionais capacitados;  Checar se os EPC necessários estão instalados (Isolar e sinalizar bem o ambiente para evitar acidentes com transeuntes);  Usar os EPI exigidos para a atividade; Quebrar o forro com marreta;  No perímetro utilizar talhadeira para retirar as cantoneiras. |
| 3 | Serviço de fornecimento com instalação de forro em réguas de **PVC**, na cor branca, frisado, com estrutura, em perfis de aço galvanizado, inclusive pendurais e material de fixação. Instalados de acordo com a NBR 14285-1 atualizada. Assim como manutenção corretiva e instalação de alçapão no forro quando solicitado (ver figura 01). Garantia mínima dos serviços de 6 (seis) meses.  **Detalhes de execução:**  O serviço deve ser feito por profissionais capacitados;  Checar se os EPC necessários estão instalados (Isolar e sinalizar bem o ambiente para evitar acidentes com transeuntes);  Usar os EPI exigidos para a atividade. |
| 4 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em placas de gesso acartonado (**DRYWALL)**, com espessura=12,5mm, dimensões 1200mmX2400mm (LXC), com película de PVC e verso aluminado, inclusive arame galvanizado, perfil canaleta, pendural ou presilha reguladora, fita de papel, massa, parafusos e mão de obra. Assim como manutenção corretiva e instalação de alçapão quando solicitado (ver figura 01). Garantia mínima dos serviços de 6 (seis) meses.  **Detalhes de execução:**  O serviço deve ser feito por profissionais capacitados;  Checar se os EPC necessários estão instalados (Isolar e sinalizar bem o ambiente para evitar acidentes com transeuntes);  Usar os EPI exigidos para a atividade. |
| 5 | Serviço de fornecimento com instalação de forro composto por painéis de lã de vidro, revestidos em PVC microperfurado, com dimensões de 1250mmx625mm e espessura mín=15mm, parafusado em estruturas de alumínio suspensa por meio de pendurais e suporte nivelador e perímetro do forro executado com cantoneira, no caso de forro estanque, ou tabica, no caso de forro dilatado. Absorção sonora NRC = 0,55, reflexão luz = 0,86, marca Armstrong, ref. Georgian, ou similar, resist. fogo: classe A. Bordas do tipo Square Lay in como na Figura 2. Assim como manutenção corretiva. Garantia mínima dos serviços de 6 (seis) meses.  **Detalhes de execução:**  O serviço deve ser feito por profissionais capacitados;  Checar se os EPC necessários estão instalados (Isolar e sinalizar bem o ambiente para evitar acidentes com transeuntes);  Usar os EPI exigidos para a atividade. |
| 6 | Serviço de remoção ou desmontagem de forros de drywall, PVC e fibromineral de forma manual. Quando executado a desmontagem, está deve ser feita com o devido cuidado para que o material possa ser reutilizado em outro momento.  **Detalhes de execução:**  O serviço deve ser feito por profissionais capacitados;  Checar se os EPC necessários estão instalados (Isolar e sinalizar bem o ambiente para evitar acidentes com transeuntes);  Usar os EPI exigidos para a atividade;  Retirar as placas/réguas manualmente com auxílio eventual de pé-de-cabra. |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **NOME** | **PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO** | **QUANTIDADE MÍNIMA POR CAMPUS** | **GARANTIA MÍNIMA** |
| 1 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em placas de **gesso liso** | 30 (trinta) dias consecutivos para conclusão dos serviços, contados a partir do envio da ordem de serviço. | 4m² |  |
| 2 | Serviço de remoção/desmontagem de forro de gesso de forma manual | 30 (trinta) dias consecutivos para conclusão dos serviços, contados a partir do envio da ordem de serviço | 1m² |  |
| 3 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em réguas de **PVC**, na cor branca | 30 (trinta) dias consecutivos para conclusão dos serviços, contados a partir do envio da ordem de serviço. | 4m² |  |
| 4 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em placas de gesso acartonado (**DRYWALL**) | 30 (trinta) dias consecutivos para conclusão dos serviços, contados a partir do envio da ordem de serviço. | 4m² |  |
| 5 | Serviço de fornecimento com instalação de forro composto por painéis de **lã de vidro** | 30 (trinta) dias consecutivos para conclusão dos serviços, contados a partir do envio da ordem de serviço. | 4m² |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 6 | Serviço de remoção/desmontagem de forros de drywall, PVC e fibromineral de forma manual | 30 (trinta) dias consecutivos para conclusão dos serviços, contados a partir do envio da ordem de serviço | 1m² |  |

|  |  |
| --- | --- |
|  | 1. O processo de instalação deve ser feito de acordo com o manual do produto ou norma de execução da ABNT vigente. |
| **MÉTODO ESPECÍFICO DE APLICAÇÃO E CONDICIONANTES DE EXECUÇÃO** | 2. Quando nos itens 1, 3, 4 e 5 for identificada a necessidade do serviço de demolição e/ou desmontagem fornecido pelos itens 2 e 6, a contratada deverá informar a contratante o quanto antes, e o serviço demolição e/ou desmontagem só poderá ser iniciado após a devida autorização. Atenção: esses serviços só deverão ser solicitados para áreas maiores de 1m² por ordem de serviço. Menos que isso, eles deverão ser executados normalmente nos itens de instalação (1, 3, 4 e 5) sem nenhuma cobrança financeira. |
|  | 3. A empresa deve apresentar na sua proposta uma composição detalhada da proposta, distinguindo os valores cobrados por materiais e mão de obra. |
| **FORMA DE MEDIÇÃO** | Metro quadrado do item. |
| **OBRIGAÇÕES DE MEDIÇÃO DA EMPRESA** | Mediante Ordem de Serviço emitida pela contratante, a empresa deve ir in loco realizar a medição e repassá-la ao Fiscal Técnico do Contrato através de planilha o quanto antes. Essa planilha deverá constar: número da requisição, número da ordem de serviço, campus, prédio, sala, quantitativo e outras informações que o Fiscal Técnico do Contrato solicitar. O Fiscal Técnico do Contrato irá analisar e, somente após sua autorização, a contratada poderá iniciar os serviços. O prazo de execução começa a contar a partir da envio da Ordem de serviço. Os dias que a fiscalização usar para analisar a planilha não serão contabilizados no prazo de execução. |
| **INFORMAÇÕES MÍNIMAS** | No ato da entrega o Manual do produto e termo de garantia. |

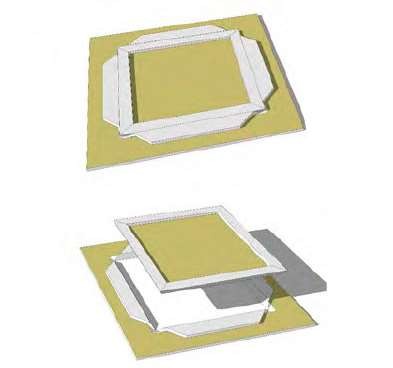


Figura 1: Alçapão simples

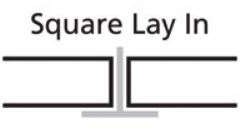


Figura 2: Borda *Square Lay in*

##### Levantamento de Mercado

Sobre o objeto do contrato, serão utilizadas quatro soluções: forro de gesso, forro de PVC, forro de drywall e forro acústico de lã de vidro. Essas soluções foram escolhidas com a finalidade de conservar a estética inicial da edificação demandada, uma vez que a solução existente (modelo do forro existente) atende bem a demanda, já que se trata de manutenção e não alteração. Dessa forma

serão necessárias somente correções pontuais, o que diminuir o custo total, sem prejudicar a qualidade. Pelos motivos acimas apresentados, essas soluções não podem ser comparadas com as de outros órgãos, tornando a contratação em tela bem especifico.

##### Descrição da solução como um todo

Sobre o objeto do contrato, serão utilizadas quatro soluções: forro de gesso, forro de PVC, forro de drywall e forro acústico de lã de vidro. Essas soluções foram escolhidas com a finalidade de conservar a estética inicial da edificação demandada, uma vez que a solução existente (modelo do forro existente) atende bem a demanda, já que se trata de manutenção. Dessa forma serão necessárias somente correções pontuais, o que diminuir o custo total, sem prejudicar a qualidade. Pelos motivos acimas apresentados, essas soluções não podem ser comparadas com as de outros Órgãos

##### Estimativa das Quantidades a serem Contratadas MEMORIAL DE CÁLCULO

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **LOCAL** | **DETALHE** | **QUANT (M²)** | **N DE PRÉDIOS** | **TOTAL** | **TOTAL COM FOLGA DE 30%** | **TOTAL FINAL (M²)** |
| 1 | MS - CCBS | FORRO DO AUDITÓRIO | 15,000 | 1 | 15,000 | 19,500 | **157,281** |
| 1 | MS - CCSAH |  | 5,000 | 1 | 5,000 | 6,500 |  |
| 1 | MS - PROPPG | SALA 10 | 0,360 | 1 | 0,360 | 0,468 |
| 1 | MS - ADM II | LICITAÇÕES | 0,360 | 1 | 0,360 | 0,468 |
| 1 | MS - REITORIA | CORREDOR DA RECPÇÃO | 0,720 | 1 | 0,720 | 0,936 |
| 1 | MS - FITOSSANIDADE | CORREDOR, HERBÁRIO, SALA DE AULA | 20,000 | 1 | 20,000 | 26,000 |
| 1 | MS - CCEN | BWC MASC; CORREDOR, SALAS | 50,000 | 1 | 50,000 | 65,000 |
| 1 | MS - ASSECOM | BWC MASC E FEM | 20,000 | 1 | 20,000 | 26,000 |
| 1 | PDF -AULAS I | ENTRADA | 9,545 | 1 | 9,545 | 12,409 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **ITEM** | **LOCAL** | **DETALHE** | **QUANT (M²)** | **N DE PRÉDIOS** | **TOTAL** | **TOTAL COM FOLGA DE 30%** | **TOTAL FINAL (M²)** |
| 3 | MS - COMPLEXO DE ANATOMIA E PATOLOGIA | ESTIMATIVA | 10,000 | 1 | 10,000 | 13,000 | **91,000** |
| 3 | MS - TECNOLOGIA DE ALIMENTOS | ESTIMATIVA | 10,000 | 1 | 10,000 | 13,000 |  |
| 3 | MS - CENTRAL DE AULAS 3 | ESTIMATIVA | 10,000 | 1 | 10,000 | 13,000 |  |
| 3 | OUTROS | ESTIMATIVA | 10,000 | 2 | 20,000 | 26,000 |  |
| 3 | MS - ASSECOM | BWC MASC E FEM | 20,000 | 1 | 20,000 | 26,000 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **ITEM** | **LOCAL** | **DETALHE** | **QUANT (M²)** | **N DE PRÉDIOS** | **TOTAL** | **TOTAL COM FOLGA DE 30%** | **TOTAL FINAL (M²)** |
| 4 | MS - CA VI | BWC FEM T | 0,700 | 1 | 0,700 | 0,910 | **170,053** |
| 4 | MS - CA VI | DEP FEM SUP | 0,490 | 1 | 0,490 | 0,637 |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 4 | MS - REITORIA | BWC MASC TÉRREO | 0,000 | 1 | 0,000 | 0,000 |  |
| 4 | MS - BLOCO A | ALA 2, BWC | 0,720 | 1 | 0,720 | 0,936 |  |
| 4 | CB - LAB I | BWC MASC T | 0,640 | 1 | 0,640 | 0,832 |  |
| 4 | PDF - GARAGEM | SALA | 32,340 | 1 | 32,340 | 42,042 |  |
| 4 | PDF - GARAGEM | BWC FEM. FAZER TODO | 13,338 | 1 | 13,338 | 17,339 |  |
| 4 | AG - LAB I | BWC MASC T | 0,280 | 1 | 0,280 | 0,364 |  |
| 4 | AG - LAB I | BWC FEM SUP | 1,260 | 1 | 1,260 | 1,638 |  |
| 4 | AG - LAB II | BWC | 1,020 | 1 | 1,020 | 1,326 |  |
| 4 | AG - LAB II | BWC | 2,313 | 1 | 2,313 | 3,006 |  |
| 4 | AG - LAB II | BWC | 0,200 | 1 | 0,200 | 0,260 |  |
| 4 | AG - CC | RESTAURANTE (HALL DA ENTRADA) | 1,190 | 1 | 1,190 | 1,547 |  |
| 4 | MS - ALÇAPÃO | NOS BWC PARA FACILITAR A MANUTENÇÃO E EVITAR RETRABALHO | 0,720 | 70 | 50,400 | 65,520 |  |
| 4 | AG - ALÇAPÃO | NOS BWC PARA FACILITAR A MANUTENÇÃO E EVITAR RETRABALHO | 0,720 | 12 | 8,640 | 11,232 |  |
| 4 | CB - ALÇAPÃO | NOS BWC PARA FACILITAR A MANUTENÇÃO E EVITAR RETRABALHO | 0,720 | 12 | 8,640 | 11,232 |  |
| 4 | PDF - ALÇAPÃO | NOS BWC PARA FACILITAR A MANUTENÇÃO E EVITAR RETRABALHO | 0,720 | 12 | 8,640 | 11,232 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **ITEM** | **LOCAL** | **DETALHE** | **QUANT (M²)** | **N DE PRÉDIOS** | **TOTAL** | **TOTAL COM FOLGA DE 30%** | **TOTAL FINAL (M²)** |
| 5 | MS - ENG FLORESTAL | LAB TEC MADEIRA (2); PATOLOGIA FLORESTAL (3) | 3,906 | 1 | 3,906 | 5,078 | **541,328** |
| 5 | MS - CEPAS | SL TEC (1); SL REUNIÃO (1); LABETOX (2+3) | 5,469 | 1 | 5,469 | 7,109 |  |
| 5 | MS - CE | LAB REATORES | 5,469 | 1 | 5,469 | 7,109 |  |
| 5 | MS - CE | SALA PROF 35 | 1,563 | 1 | 1,563 | 2,031 |  |
| 5 | MS - CE | BWCs | 3,516 | 1 | 3,516 | 4,570 |  |
| 5 | MS - CA VII | SALA 11 (0,5), COORDE (1) | 1,172 | 1 | 1,172 | 1,523 |  |
| 5 | MS - CENTRO INTEG DE LAB | LABGEMA | 0,781 | 1 | 0,781 | 1,016 |  |
| 5 | CB - AULAS I | SALA 1 (2) | 1,563 | 1 | 1,563 | 2,031 |  |
| 5 | CB - AULAS I | SALA 6 (1) | 0,781 | 1 | 0,781 | 1,016 |  |
| 5 | CB - AULAS I | CORREDOR | 0,781 | 1 | 0,781 | 1,016 |  |
| 5 | CB - AULAS I | SALA 9 (2) | 1,563 | 1 | 1,563 | 2,031 |  |
| 5 | CB - LAB I | LIT SUP (2) | 1,563 | 1 | 1,563 | 2,031 |  |
| 5 | CB - LAB I | LEED SUP (1) | 0,781 | 1 | 0,781 | 1,016 |  |
| 5 | CB - LAB I | LAB INFORM II (4) | 3,125 | 1 | 3,125 | 4,063 |  |
| 5 | CB - AULAS II | CORREDOR (1) | 0,781 | 1 | 0,781 | 1,016 |  |
| 5 | CB - BIBLIO | ENTRADA (4), COPA (1), MULTITECA (2) | 5,469 | 1 | 5,469 | 7,109 |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 5 | CB - RU | COZINHA (10), REFEITÓRIO (6), BWC  FEM FUNC (4) | 15,625 | 1 | 15,625 | 20,313 |  |
| 5 | CB - CC | AUDITÓRIO | 7,031 | 1 | 7,031 | 9,141 |  |
| 5 | PDF - ADM | Miniauditório | 3,125 | 1 | 3,125 | 4,063 |  |
| 5 | PDF- Aulas I | corredor | 1,563 | 1 | 1,563 | 2,031 |  |
| 5 | PDF-Aulas II | corredor | 8,594 | 1 | 8,594 | 11,172 |  |
| 5 | PDF - Lab I | corredor | 14,063 | 1 | 14,063 | 18,281 |  |
| 5 | PDF - Biblio | Acervo geral (2); Consulta reserva (2); Copa (1); Restauração (2) | 5,469 | 1 | 5,469 | 7,109 |  |
| 5 | PDF - Prof I | BWC MASC | 6,250 | 1 | 6,250 | 8,125 |  |
| 5 | PDF- Aulas I | SL 01 (1); SL 03 (2); SL04 (5); SL 07 (2); SL  09 (1); CORREDOR (1) | 9,375 | 1 | 9,375 | 12,188 |  |
| 5 | PDF- Aulas II | SL 05 (1); SL 10 (2); SL 15 (4); SL 16 (6); SL  18 (3); SL 13 (1); SL 14 (1); SALA DA  XEROX (1); SALA IMD (1); CORREDOR (8) | 21,875 | 1 | 21,875 | 28,438 |  |
| 5 | PDF - LTI | CORREDOR (35); SL 34 (1); SL 32 (6); SL  31 (6) | 37,500 | 1 | 37,500 | 48,750 |  |
| 5 | PDF - Lab I | CORREDOR (19); LAB CIVIL (2); LAB QUIM APLICADA (1); LAB ELETR (11); LAB INF I (3); LAB DE INF II (1) | 28,906 | 1 | 28,906 | 37,578 |  |
| 5 | PDF - Prof II | SL 13 (1); SL 15 (1); SL 17 (1); SL 19 (1); SL  23 (2); SL 31 (1); SL 34 (1);  MINIAUDITÓRIO (1); CORREDOR (1);  BWC FEM (4); BWC MASC (2) | 12,500 | 1 | 12,500 | 16,250 |  |
| 5 | PDF - Prof I | Miniauditório (5); DML (5); BWC MASC (2); | 9,375 | 1 | 9,375 | 12,188 |  |
| 5 | PDF - ADM | MINIAUDITORIO (+) | 3,125 | 1 | 3,125 | 4,063 |  |
| 5 | PDF - Lab II | CORREDOR (22); LAB MAT DE CONSTRUÇÃO E GEOLOGIA (3); LAB DE PAV E SOLOS (1); LAB DE QUÍ (15); LAB DE SANEAMENTO E HIDRAULICA (3); SL TÉCNICO QUÍ (2); LAB INST ELE E HID (8); SALA TÉCNICO DO LAB DE ELETR E HIDR (2); LAB PROJ ARQ I (8); LAB PROJ ARQ II (27); SL TEC LAB PROJ ARQ II (16); LAB DE DESEMP E CONFORTO AMB (11); LAB POLUIÇÃO AMB (6); | 96,875 | 1 | 96,875 | 125,938 |  |
| 5 | AG - ADM | Auditório - R | 13,281 | 1 | 13,281 | 17,266 |  |
| 5 | AG - Biblio | VÁRIOS AMBIENTES -R | 18,750 | 1 | 18,750 | 24,375 |  |
| 5 | AG - Lab I | VÁRIOS AMBIENTES -R | 25,000 | 1 | 25,000 | 32,500 |  |
| 5 | AG - Lab II | VÁRIOS AMBIENTES -R | 10,938 | 1 | 10,938 | 14,219 |  |
| 5 | AG - Prof II | Auditório e hall - R | 23,438 | 1 | 23,438 | 30,469 |  |
| 5 | AG - CC | Auditório (SALA APOIO) - R | 2,344 | 1 | 2,344 | 3,047 |  |
| 5 | AG - CA II | HALL -R | 3,125 | 1 | 3,125 | 4,063 |  |

##### Para os itens 2 e 6 não existe planilhas de memorial de cálculo, pois são estimativas. Eles serão executados juntos com seus itens correlatos (1, 3, 4 e 5) quando houver necessidade. Essa necessidade só poderá ser verificada durante o processo de execução. Diante disso, os quantitativos citados nesse instrumento para os itens 2 e 6 partiram da experiência de contratos anteriores.

##### Estimativa do Valor da Contratação

# COTAÇÃO

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **CÓDIGO** | **BANCO DE DADOS** | **ANO** | **UNIDADE** | **VALOR NÃO DESONERADO** | **VALOR DESONERADO** |
| 1 | 96113 | SINAPI | 04/2021 | M2 | R$ 28,78 | R$ 27,13 |
| 2 | 97641 | SINAPI | 04/2021 | M2 | R$ 3,43 | R$ 3,09 |
| 3 | 96116 | SINAPI | 04/2021 | M2 | R$ 64,13 | R$ 62,76 |
| 4 | 96114 | SINAPI | 04/2021 | M2 | R$ 58,51 | R$ 56,98 |
| 5 | 10446 | COMPOSIÇÃO (ORSE-SE + SINAPI) | 04/2021 | M2 | R$ 84,16 | R$ 82,63 |
| 6 | 97640 | SINAPI | 04/2021 | M2 | R$ 1,38 | R$ 1,24 |

As planilhas de composição dos BANCOS DE DADOS para valores de referência da licitação estão em anexo e devem ser anexadas no processo.

# ESTIMATIVA

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **NOME** | | **UNIDADE** | **QUANT** | **VALOR UNITÁRIO (NÃO DESONARADO)** | **VALOR TOTAL** |
| 1 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em placas de **gesso liso** | | m² | 157,281 | R$ 28,78 | R$ 4.526,55 |
| 2 | Serviço de remoção/desmontagem de forro de gesso de forma manual | | m² | 40,000 | R$ 3,43 | R$ 137,20 |
| 3 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em réguas de **PVC**, na cor branca | | m² | 91,000 | R$ 64,13 | R$ 5.835,83 |
| 4 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em placas de gesso acartonado (**DRYWALL**) | | m² | 170,053 | R$ 58,51 | R$ 9.949,80 |
| 5 | Serviço de fornecimento com instalação de forro composto por painéis de **lã de vidro** | | m² | 541,328 | R$ 84,16 | R$ 45.558,16 |
| 6 | Serviço de remoção/desmontagem de forros de drywall, PVC e fibromineral de forma manual | | m² | 100,00 | R$ 1,38 | R$ 138,00 |
|  |  |  |  |  | **TOTAL** | **R$ 66.145,54** |

##### Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A equipe de planejamento avalia que apesar do objeto licitado ser divisível, o parcelamento dos itens não seria a alternativa mais adequada para a solução da contratação em tela, em função dos seguintes motivos:

Ser tecnicamente inviável – o parcelamento do objeto contratado poderá resultar em vários contratos e/ou ocasionar desinteresse por algum item licitado (item deserto), resultando em problemas operacionais de gestão, pagamento e fiscalização; e atendimento parcial da solução como um todo, sendo necessária uma complementação da mesma, com novo processo licitatório, ocasionando a suspensão de fornecimento do item;

Perda de escala – pela singularidade do objeto licitado, percebe-se que parcelando a solução haveria uma tendência de aumento dos preços por item dos licitantes em função de apropriação dos custos num quantitativo menor, já ocasionando perca em escala;

Restrição ao mercado e diminuição da competitividade – numa análise simplória tem-se que o parcelamento do objeto resultaria em um aumento da competitividade dos licitantes e melhor aproveitamento do mercado, uma vez que haveria maior disputa por item pelos licitantes.

Entretanto, como foi mencionado anteriormente, pelas especificações e condições do objeto a ser contratado, acredita-se que o parcelamento da solução poderia diminuir o interesse das empresas em participar do certame.

Quanto à formação do grupo, a contratação deste serviço contínuo em foco amolda-se em maior uniformidade de execução se prestada por única empresa, haja vista questões ligadas à custos gerenciais e administrativos, a padronização e qualidade dos serviços.

O parcelamento do objeto, na opinião desta área requisitante, possivelmente acarretaria na execução contratual desastrosa, com ocorrência de falhas ou falta de parte dos recursos previstos, a exemplo da necessidade de demandar serviços de fornecimento, instalação e remoção de forros, com empresas distintas e havendo algum tipo de atraso ou inexecução, o objeto licitatório estaria comprometido.

Diante ao exposto, optou-se em realizar a licitação por meio da modalidade pregão, forma eletrônica, que tem como tipo o menor preço, reunindo os itens a serem contratados em grupo único, reunindo um conjunto de serviços a serem gerenciados e disponibilizados somente por uma empresa.

##### Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta aquisição.

##### Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Contratação consta previsto no Plano Anual de Contratação.

##### Resultados Pretendidos

Com esta aquisição a UFERSA pretende disponibilizar uma melhor infraestrutura aos seus usuários de forma a proporcionar uma melhoria na qualidade dos serviços públicos ofertados para a sociedade.

##### Providências a serem Adotadas

Não há nenhuma necessidade de adaptação do ambiente do órgão resultante da solução a ser adquirido.

##### Possíveis Impactos Ambientais

Consta anexo a este ETP, um estudo, realizado pela área competente desta Universidade, versando sobre os possíveis impactos ambientais para esta contratação específica.

##### Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

**16.1.** Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento declara viável esta contratação.

##### Responsáveis

CÍCERA LYNDIANE FERREIRA LIMA TÉCNICA EM EDIFICAÇÕES

CELIO INACIO ALVES LOPES JUNIOR AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO

##### ANEXO do ETP – Estudo Técnico Preliminar

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO SUPERINTENDÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA- SIN/

***SIN***

UFERSA

### POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS NOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORROS.

#### Responsáveis pela elaboração:

DANIEL ELIAS Assinado de forma

NEGRAO

digital por DANIEL ELIAS NEGRAO

DUARTE:067 5

DUARTE:0678735743

87357435

Dados: 2021.06.18

06:48:38 -03'00'

(Aspectos técnicos)

#### Mossoró/RN Junho de 2021

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO SUPERINTENDÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA- SIN/

***SIN***

UFERSA

**SUMÁRIO**

1. [DO OBJETO 3](#_bookmark0)
2. [IMPACTOS AMBIENTAIS 4](#_bookmark1)
3. [RECOMENDAÇÕES 6](#_bookmark2)
4. [REFERÊNCIAS 7](#_bookmark3)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO SUPERINTENDÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA- SIN/

***SIN***

UFERSA

# DO OBJETO

#### Contratação de serviços de fornecimento e instalação de forros, para atender as demandas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, nos *campi* em Mossoró/RN, Angicos/RN, Caraúbas/RN e Pau dos Ferros/RN

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO SUPERINTENDÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA- SIN/

***SIN***

UFERSA

# IMPACTOS AMBIENTAIS

#### A Resolução 01/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), em seu art. 1°, define impacto ambiental da seguinte forma:

*Art. 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se* ***impacto ambiental*** *qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:*

*I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas;*

1. *- a biota;*
2. *- as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais.*

#### Diante da atividade que será realizada, a má gestão dos resíduos gerados no processo pode ser causa de possível impacto ambiental. Além da poluição sonora inerente à instalação dos forros.

#### Segundo a lei nº 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu art.

#### 3º, inciso XVI, define resíduos sólidos da seguinte forma:

*XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;*

#### Ainda em relação ao mesmo instituto legal, em seu art. 13, inciso I, classifica os resíduos quanto à origem em: domiciliares, de limpeza urbana, sólidos urbanos, de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço, serviços públicos de saneamento básico, industriais, serviços de saúde, da construção civil, agrossilvopastoris, serviços de transporte, de mineração.

#### Os resíduos gerados nas instalações dos forros podem ser enquadrados, quanto à origem, como resíduos da construção civil. Segundo o termo de referência nº 16/2021, está previsto a utilização dos seguintes materiais na instalação dos forros: gesso, pvc, drywall e lã de vidro.

#### Os resíduos da construção civil, conforme Art 2°, Inciso I da resolução 307/2002-CONAMA são definidos como:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO SUPERINTENDÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA- SIN/

***SIN***

UFERSA

*“Resíduos da construção civil: são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha”.*

#### Ainda considerando o Art 3° do dispositivo legal supracitado, os resíduos da construção civil provenientes do fornecimento e instalação de forros são identificados como Classes A e B. Eles são definidos da seguinte forma:

*Art. 3º [...]*

1. *- Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:*
   1. *de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;*
   2. *de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;*
2. *- Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso; (Redação dada pela Resolução nº 469/2015).*

#### A solubilização do gesso nos solos provoca a sulfurização, processo esse que contamina o solo e lençóis freáticos. Resíduos de gesso em ambientes úmidos, sob condições aeróbicas e com presença de microrganismos redutores de sulfato, provoca a sua dissociação em dióxido de carbono, água e gás sulfídrico. A consequência é a emissão de odor característico e desagradável. Além disso, a combustão do gesso pode gerar o dióxido de enxofre.

#### Em relação ao PVC, os impactos ambientais estão relacionados a sua fabricação e ao descarte. Os componentes utilizados na fabricação do PVC, como dioxinas, furanos e PCBs, são persistentes no meio ambiente, ou seja, são resistentes à degradação natural. Por isso, é de fundamental importância a destinação ambientalmente adequada desses resíduos.

#### O excesso de ruído no ambiente pode causar prejuízos à saúde. Além da perda progressiva da audição, a poluição sonora pode causar dor de cabeça, insônia e agitação. Esse tipo de poluição, quando em ambiente de trabalho, contribui para a falta de concentração, stress, mau humor e angústia, causando perda da capacidade laboral dos servidores e comprometimento do bem-estar.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO SUPERINTENDÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA- SIN/

***SIN***

UFERSA

# RECOMENDAÇÕES

#### Como forma de mitigar os possíveis impactos ambientais na instalação dos forros é fundamental o correto gerenciamento dos resíduos gerados nessa atividade, com especial atenção ao gesso. Logo, sugerimos a observação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Instituição. Apresentamos em destaque algumas ações que devem ser tomadas para minorar os impactos causados pela geração de resíduos e poluição sonora:

#### Os resíduos não devem ser armazenados diretamente no solo e a céu aberto. O local temporário de armazenamento deve ser protegido de umidade, em piso concretado ou em caçamba.

#### Os diferentes tipos de resíduos devem ser acondicionados separadamente, facilitando assim o processo de triagem do material no processo de reciclagem.

#### Destinação dos resíduos preferencialmente para a reutilização, reuso e reciclagem. Quando não for possível, destinar os resíduos para aterros sanitários ambientalmente licenciados.

## Racionalização do processo construtivo, com vistas à redução na produção de resíduos e o uso eficiente da água e de demais matérias-primas;

#### Estabelecer os horários para a realização dos trabalhos, escolhendo aqueles com menor circulação de pessoas, com o intuito de minorar os efeitos dos ruídos no ambiente de trabalho.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO SUPERINTENDÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA- SIN/

***SIN***

UFERSA

# REFERÊNCIAS

#### BRASIL. Lei nº 12305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm) Acesso em: 16 de junho de 2021.

#### CONAMA. Resolução nº 01 de 1986. Disponível em: [http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html.](http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html) Acesso em: 16 de junho de 2021.

#### CONAMA. Resolução nº 307, de 05 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Disponível em: [http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307.](http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307) Acesso em: 16 de junho de 2021.

##### ANEXO II

##### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 16/2021

##### DO OBJETO

* 1. Contratação de serviços de fornecimento, instalação e remoção de forros, para atender as demandas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, nos *campi* em Mossoró/RN, Angicos/RN, Caraúbas/RN e Pau dos Ferros/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **GRUPO ÚNICO** | | | | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO** | **UNIDADE** | **QUANT.** | **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** |
| 1 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em placas de gesso liso. **CATSER: 18180**. | m² | 157,281 | R$ 28,78 | R$ 4.526,55 |
| 2 | Serviço de remoção/desmontagem de forro de gesso de forma manual. **CATSER: 18180**. | m² | 40,000 | R$ 3,43 | R$ 137,20 |
| 3 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em réguas de PVC, na cor branca. **CATSER: 18180**. | m² | 91,000 | R$ 64,13 | R$ 5.835,83 |
| 4 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em placas de gesso acartonado (DRYWALL). **CATSER: 18180**. | m² | 170,053 | R$ 58,51 | R$ 9.949,80 |
| 5 | Serviço de fornecimento com instalação de forro composto por painéis de lã de vidro. **CATSER: 18180**. | m² | 541,328 | R$ 84,16 | R$ 45.558,16 |
| 6 | Serviço de remoção/desmontagem de forros de drywall, PVC e fibromineral de forma manual. **CATSER: 18180**. | m² | 100,000 | R$ 1,38 | R$ 138,00 |
| **VALOR TOTAL** | | | | | **R$ 66.145,54** |

* 1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

##### JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

* 1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao Edital.

##### DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

* 1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao Edital.

##### DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

* 1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
  2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
  3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

##### REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

* 1. Especificações dos itens:

|  |  |
| --- | --- |
| **ITEM** | **DETALHE DO ITEM** |
| 1 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em placas de gesso liso, medindo 60cmx60cm e espessura de 12mm na cor branca, com sustentação em arame galvanizado revestido com plástico, inclusive fixação e rejuntamento. Ainda, juntas de dilatação (tabicas) e alçapão *(ver Figura 01)* quando solicitado. Assim como manutenção corretiva. **Garantia mínima dos serviços de 6 (seis) meses.**  Detalhes de execução:  O serviço deve ser feito por profissionais capacitados;  Checar se os EPC necessários estão instalados (Isolar e sinalizar o ambiente para evitar acidentes com transeuntes);  Usar os EPI exigidos para a atividade. |
| 2 | Serviço de remoção ou desmontagem de forro de gesso de forma manual.  Detalhes de execução:  O serviço deve ser feito por profissionais capacitados;  Checar se os EPC necessários estão instalados (Isolar e sinalizar bem o ambiente para evitar acidentes com transeuntes);  Usar os EPI exigidos para a atividade; Quebrar o forro com marreta;  No perímetro utilizar talhadeira para retirar as cantoneiras. |
| 3 | Serviço de fornecimento com instalação de forro em réguas de **PVC**, na cor branca, frisado, com estrutura, em perfis de aço galvanizado, inclusive pendurais e material de fixação. Instalados de acordo com a NBR 14285-1 atualizada. Assim como manutenção corretiva e instalação de alçapão no forro quando solicitado *(ver Figura 01)*. **Garantia mínima dos serviços de 6 (seis) meses.**  Detalhes de execução:  O serviço deve ser feito por profissionais capacitados;  Checar se os EPC necessários estão instalados (Isolar e sinalizar bem o ambiente para evitar acidentes com transeuntes);  Usar os EPI exigidos para a atividade. |
| 4 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em placas de gesso acartonado (**DRYWALL)**, com espessura=12,5mm, dimensões 1200mmX2400mm (LXC), com película de PVC e verso aluminado, inclusive arame galvanizado, perfil canaleta, pendural ou presilha reguladora, fita de papel, massa, parafusos e mão de obra. Assim como manutenção corretiva e instalação de alçapão quando solicitado *(ver Figura 01)*. **Garantia mínima dos serviços de 6 (seis) meses.** |

|  |  |
| --- | --- |
|  | Detalhes de execução:  O serviço deve ser feito por profissionais capacitados;  Checar se os EPC necessários estão instalados (Isolar e sinalizar bem o ambiente para evitar acidentes com transeuntes);  Usar os EPI exigidos para a atividade. |
| 5 | Serviço de fornecimento com instalação de forro composto por painéis de lã de vidro, revestidos em PVC microperfurado, com dimensões de 1250mmx625mm e espessura mín=15mm, parafusado em estruturas de alumínio suspensa por meio de pendurais e suporte nivelador e perímetro do forro executado com cantoneira, no caso de forro estanque, ou tabica, no caso de forro dilatado. Absorção sonora NRC = 0,55, reflexão luz = 0,86, marca Armstrong, ref. Georgian, ou similar, resist. fogo: classe A. Bordas do tipo Square Lay in como na *Figura 2*. Assim como manutenção corretiva. **Garantia mínima dos serviços de 6 (seis) meses.**  Detalhes de execução:  O serviço deve ser feito por profissionais capacitados;  Checar se os EPC necessários estão instalados (Isolar e sinalizar bem o ambiente para evitar acidentes com transeuntes);  Usar os EPI exigidos para a atividade. |
| 6 | Serviço de remoção ou desmontagem de forros de drywall, PVC e fibromineral de forma manual. Quando executado a desmontagem, está deve ser feita com o devido cuidado para que o material possa ser reutilizado em outro momento.  Detalhes de execução:  O serviço deve ser feito por profissionais capacitados;  Checar se os EPC necessários estão instalados (Isolar e sinalizar bem o ambiente para evitar acidentes com transeuntes);  Usar os EPI exigidos para a atividade;  Retirar as placas/réguas manualmente com auxílio eventual de pé-de-cabra. |

Os detalhes de execução foram removidos do SINAPI - Cadernos Técnicos de Demolições e Remoções - Lote 1

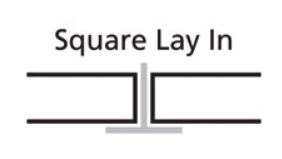
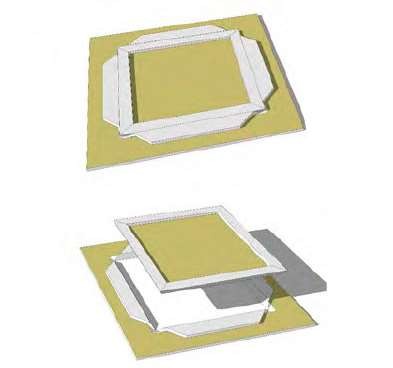


Figura 1: Alçapão simples Figura 2: Borda *Square Lay in*

* 1. O processo de instalação deve ser feito de acordo com o manual do produto ou norma de execução da ABNT vigente.
  2. Quando nos itens 1, 3, 4 e 5 for identificada a necessidade do serviço de demolição e/ou desmontagem fornecido pelos itens 2 e 6, a contratada deverá informar a contratante o quanto antes,

e o serviço demolição e/ou desmontagem só poderá ser iniciado após a devida autorização. Atenção: esses serviços só deverão ser solicitados para áreas maiores de 1m² por ordem de serviço. Menos que isso, eles deverão ser executados normalmente nos itens de instalação (1, 3, 4 e 5) sem nenhuma cobrança financeira.

* 1. Mediante Ordem de Serviço emitida pela contratante, a empresa deve ir in loco realizar a medição e repassá-la ao Fiscal Técnico do Contrato através de planilha o quanto antes. Essa planilha deverá constar: número da requisição, número da ordem de serviço, campus, prédio, sala, quantitativo e outras informações que o Fiscal Técnico do Contrato solicitar. O Fiscal Técnico do Contrato irá analisar e, somente após sua autorização, a contratada poderá iniciar os serviços. O prazo de execução começa a contar a partir do envio da Ordem de serviço. Os dias que a fiscalização usar para analisar a planilha não serão contabilizados no prazo de execução.

##### VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

* 1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim.
     1. A visita deverá ser agendada, de segunda à sexta-feira de 9:00 às 11:00 e 14:00 às 16:00, através dos telefones (84) 3317-8278. A visita será realizada todos os dias úteis até o último dia útil anterior à abertura da seção pública;
     2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo- se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
     3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
  2. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
  3. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

##### MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

* 1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
     1. O objeto do presente pregão deverá ser prestado, conforme o caso, no endereço solicitado conforme item 9.1 deste termo de referência.
     2. A entrega e instalação dos objetos deverão obedecer aos seguintes critérios:
     3. Os objetos deverão ser entregues montados e instalados nos locais definidos nas Ordens de serviços, emitidas pelo fiscal;
     4. Deverão ser utilizados mão-de-obra especializada, materiais de primeira qualidade, ferramentas adequadas e todos os equipamentos de proteção e segurança individuais e coletivos requeridos pela atividade, conforme normas do MTE.
     5. Os materiais e a instalação deverão estar de acordo com as Normas Técnicas Brasileiras.
     6. De acordo com os critérios de sustentabilidade previstos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2.010, os produtos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilizem materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.
     7. Caso tais medidas não sejam tomadas e ocorra avaria, os mesmos deverão ser substituídos.
     8. A execução dos serviços será iniciada após a data da assinatura do contrato, mediante Ordem de Serviço expedida pelo fiscal do contrato.
  2. Para os prazos de identificação/medição, execução e quantidade mínima dos serviços, será conforme a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **NOME** | **PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO** | **QUANTIDADE MÍNIMA POR CAMPUS** |
| 1 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em placas de gesso liso. | 30 (trinta) dias consecutivos para conclusão dos serviços, contados a partir do envio da ordem de serviço. | 4m² |
| 2 | Serviço de remoção/desmontagem de forro de gesso de forma manual. | 30 (trinta) dias consecutivos para conclusão dos serviços, contados a partir do envio da ordem de serviço. | 1m² |
| 3 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em réguas de PVC, na cor branca. | 30 (trinta) dias consecutivos para conclusão dos serviços, contados a partir do envio da ordem de serviço. | 4m² |
| 4 | Serviço de fornecimento e instalação de forro em placas de gesso acartonado (DRYWALL). | 30 (trinta) dias consecutivos para conclusão dos serviços, contados a partir do envio da ordem de serviço. | 4m² |
| 5 | Serviço de fornecimento com instalação de forro composto por painéis de lã de vidro. | 30 (trinta) dias consecutivos para conclusão dos serviços, contados a partir do envio da ordem de serviço. | 4m² |
| 6 | Serviço de remoção/desmontagem de forros de drywall, PVC e fibromineral de forma manual. | 30 (trinta) dias consecutivos para conclusão dos serviços, contados a partir do envio da ordem de serviço. | 1m² |

##### MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

* 1. O acompanhamento e a fiscalização do serviço serão de responsabilidade dos Servidores indicados pela Superintendência de Infraestrutura – SIN, designado por Portaria da PROAD, anexa ao processo, cabendo a estes anotar e registrar todas as ocorrências verificadas durante a execução da contratação.
  2. A comunicação entre a fiscalização do serviço e a CONTRATADA será realizada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
  3. Aos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato, designados pela UFERSA, caberão o ateste das faturas dos serviços prestados, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no Contrato e no Edital de licitação com seus Anexos.
  4. O acompanhamento e a fiscalização do Contrato poderão ser processados nos termos dos arts. 39 a 47 da IN/SLTI/MPOG nº 05/2017.
  5. Os servidores indicados para fiscalizar o contrato podem sustar qualquer trabalho/entrega que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.
  6. O pagamento será realizado mensalmente tomando por base a prestação de serviço realizada no mês de referência, mediante a apresentação de Nota Fiscal.
  7. Em momento anterior à emissão da Nota Fiscal para pagamento mensal e como condição indispensável para emissão do ateste pelo Fiscal do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do contrato o seguinte documento, que será analisado para posterior cálculo e emissão da Nota Fiscal:
     1. Relatório mensal das atividades, com apresentação do cálculo do valor mensal dos serviços, devendo conter os seguintes elementos:

1. Assinatura do responsável da contratada;
2. Espaço para assinatura do responsável pelo acompanhamento do serviço;
3. Data e hora da realização dos serviços; e
4. Discriminação detalhada dos serviços com os quantitativos, número da requisição, número da ordem de serviço, campus, prédio, sala e outras informações que o Fiscal Técnico do Contrato solicitar.
   1. O fiscal promoverá a análise do relatório e dos valores a serem pagos pelos serviços efetivamente prestados no período, e informará para o Representante da CONTRATADA o valor correto para emissão da Nota Fiscal.
   2. O fiscal deverá mensalmente ajustar o pagamento devido à contratada de acordo com a aplicação dos indicadores constantes no instrumento de medição de resultado (IMR).
   3. O pagamento será executado, mensalmente no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal de Serviços à Contratada, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato e acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93 e outros documentos legais e/ou contratuais determinados pelo fiscal do contrato.

##### INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

* 1. Todos os serviços serão prestados nas dependências da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, nos seguintes locais:
     1. UFERSA – Campus Leste e Oeste, endereço Av. Francisco Mota, 572 – Bairro Costa e Silva, Mossoró/RN, CEP: 59.625-900;
     2. Fazenda Experimental Rafael Fernandes – UFERSA - Localizada no Sítio Alagoinha, 53-A, Zona Rural de Mossoró/RN;
     3. Núcleo de Geração e Transferência de Tecnologia em Produção Animal do Semiárido (NUTESA - UFERSA) - Sítio Angicos, 9998, Zona Rural de Mossoró/RN;
     4. Sítio Ilha de Santa Luzia da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. Rua General Péricles, n° 01, no bairro Ilha de Santa Luzia, Mossoró/RN, CEP: 59.625-060;
     5. UFERSA – Campus Angicos, endereço R. Gamaliel Martins Bezerra, Angicos/RN, CEP: 59515-000;
     6. UFERSA – Campus Caraúbas, endereço Rodovia RN-233, Caraúbas/RN, CEP: 59780-000; e
     7. UFERSA – Campus Pau dos Ferros, endereço Rodovia BR-226, s/n, Pau dos Ferros/RN, CEP: 59900-000.

##### OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

* 1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
  2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o

nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

* 1. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
  2. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
  3. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
  4. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
     1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
     2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
     3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
  5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
  6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
  7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
  8. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
  9. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

##### OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

* 1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
  2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
  3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
  4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
  5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;
  6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

* 1. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
  2. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
  3. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
  4. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
  5. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
  6. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
  7. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
  8. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
  9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
  10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015*.*
  12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
  13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais

como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

* 1. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
  2. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
  3. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a”e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
  4. Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.
  5. **Como forma de mitigar os possíveis impactos ambientais gerados na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, a contratada deverá atentar para:**
  6. **Os resíduos não devem ser armazenados diretamente no solo e a céu aberto. O local temporário de armazenamento deve ser protegido de umidade, em piso concretado ou em caçamba;**
  7. **Os diferentes tipos de resíduos devem ser acondicionados separadamente, facilitando assim o processo de triagem do material no processo de reciclagem;**
  8. **Destinação dos resíduos preferencialmente para a reutilização, reuso e reciclagem. Quando não for possível, destinar os resíduos para aterros sanitários ambientalmente licenciados;**
  9. **Racionalização do processo construtivo, com vistas à redução na produção de resíduos e o uso eficiente da água e de demais matérias-primas; e**
  10. **Estabelecer os horários para a realização dos trabalhos, escolhendo aqueles com menor circulação de pessoas, com o intuito de minorar os efeitos dos ruídos no ambiente de trabalho.**

##### DA SUBCONTRATAÇÃO

* 1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

##### ALTERAÇÃO SUBJETIVA

* 1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

##### CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

* 1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
  2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
  3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
  4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
  5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
  6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
  7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
  8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
  9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo VI, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
   * 1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
   1. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
   2. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
   3. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
   4. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
   5. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
   6. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
   7. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
   8. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
   9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

##### DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

* 1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
  2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
  3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
     1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
        1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato
        2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
        3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
     2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
        1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
        2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
           1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
  4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
     1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
     2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
     3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
  5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
  6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

##### DO PAGAMENTO

* 1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
     1. A contratada deverá apresentar Nota Fiscal de Serviço.
     2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
  2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência
  3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
     1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
  4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
     1. o prazo de validade;
     2. a data da emissão;
     3. os dados do contrato e do órgão contratante;
     4. o período de prestação dos serviços;
     5. o valor a pagar; e
     6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
  5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
  6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
     1. não produziu os resultados acordados;
     2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
     3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
  7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
  8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
  9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
  10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
  11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
  12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
  13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
      1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
  14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
  15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
  16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | | ( 6 / 100 ) | I = 0,00016438 |
| I = (TX) | I = | 365 | TX = Percentual da taxa anual = 6% |

##### REAJUSTE

* 1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
  2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **INCC - Índice Nacional de Custo da Construção,** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
  3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
  4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
  5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
  6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
  7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
  8. O reajuste será realizado por apostilamento.

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

* 1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
     1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
     2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
     3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
     4. comportar-se de modo inidôneo; ou
     5. cometer fraude fiscal.
  2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
     1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

##### Multa de:

* + - 1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
      2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
      3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
      4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
      5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
      6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
    1. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
    2. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
       1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
    3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
  1. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
  2. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

##### Tabela 1

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **GRAU** | **CORRESPONDÊNCIA** | |
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato | |
| 2 | | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

##### Tabela 2

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **INFRAÇÃO** | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **GRAU** |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| 5 | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia; | 03 |
| **Para os itens a seguir, deixar de:** | | |
| 6 | Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia; | 01 |
| 7 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 8 | Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do  serviço, por funcionário e por dia; | 01 |
| 9 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 10 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |
| 11 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA | 01 |

* 1. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
     1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
     2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
     3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
  2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
  3. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
     1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
  4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
  5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
  6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
  7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
  8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

##### ANEXO III

##### MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº ....../.......

##### TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ......../ , QUE FAZEM ENTRE

##### SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)

##### ........................................................ E A

##### EMPRESA .........................................................

A **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**, com sede na Av. Francisco Mota, 572, Costa e Silva, CEP: 59.625-000, na cidade de Mossoró/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 24.529.265/0001-40, neste ato representado pelo seu Pró-Reitor de Administração, o Prof. Dr. **JUDSON DA CRUZ GURGEL**, nomeado pela Portaria nº 412/2020 – UFERSA/GAB de 31 de agosto de 2020, inscrito no CPF sob o nº 033.335.244-06, portador da Carteira de Identidade nº

.............., expedida pela (o) ...................., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a)

.............................. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ............................, sediado(a) na

..................................., em ............................. doravante designada CONTRATADA, neste ato

representada pelo(a) Sr.(a) ....................., portador(a) da Carteira de Identidade nº ,

expedida pela (o) .................., e CPF nº , tendo em vista o que consta no Processo nº

23091.007600/2021-45 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ........../20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

##### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

* 1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de fornecimento, instalação e remoção de forros, para atender as demandas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, nos *campi* em Mossoró/RN, Angicos/RN, Caraúbas/RN e Pau dos Ferros/RN, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
  2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
  3. Objeto da contratação:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Descrição/Especificação | Unidade | Quant. | Valor Unitário | Valor Total |
|  |  |  |  |  |  |

##### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

* 1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de

.........../......../........ e encerramento em .........../........./.........., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

* + 1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
    2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
    3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
    4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
    5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
    6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
    7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

##### CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R$.......... ( )

* 1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
  2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

##### CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

* 1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15252/153033; Fonte: 8100;

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0024; Elemento de Despesa: 339039.00; e

PI: 169468.

* 1. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

##### CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

* 1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

##### CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

* 1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
     1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **INCC – Índice Nacional de Custo da Construção**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
  2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
  3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
  4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
  5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
  6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
  7. O reajuste será realizado por apostilamento.

##### CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

* 1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

##### CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

* 1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

##### CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

* 1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

##### CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

* 1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
     1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
     2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
  2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
  3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
  4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
     1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
     2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
     3. Indenizações e multas.

1. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES** 
   1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
      1. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
      2. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
      3. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

##### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

* 1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
  2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
  3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

##### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

* 1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

##### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

* 1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

##### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

* 1. O foro para dirimir dúvidas e solucionar questões que não encontrem forma de resolução por acordo entre as partes será a Seção Judiciária Federal no Estado do Rio Grande do Norte – Subseção Judiciária de Mossoró, sendo esse foro irrenunciável pela CONTRATANTE, diante do que dispõe o art. 109, inciso I, da Constituição Federal.
  2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..........................................., .......... de.......................................... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

##### ANEXO IV

##### TERMO DE VISTORIA

##### PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2021

Atestamos, para o fim de atender o previsto no Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2021 que a

empresa CNPJ nº

, representada pelo(a)

Sr.(a) \_ CPF/MF

n.º\_ \_ , compareceu na dependências da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, mais especificadamente nos Campi da UFERSA

de \_ acompanhado do representante da Unidade, efetuar a visita a que se refere o Edital.

para

\_/RN, \_ de \_ de 2021.

Carimbo e Assinatura do Servidor Declarante

Matrícula SIAPE XXXXXX

Representante da Licitante

CPF nº

##### ANEXO V

##### DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISTORIA

##### PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2021

A empresa , inscrita no CNPJ nº.

, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr(a) \_, portador(a) da Carteira de Identidade nº

\_ e do CPF nº \_ DECLARA, abrir mão da VISTORIA ao local da execução do serviço, conforme dispõe o edital da licitação em referência.

Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando a UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

\_/ , de \_ de 2021.

Representante da Licitante

CPF nº

##### ANEXO VI

##### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

**1. DA DEFINIÇÃO**

* 1. Este Anexo é parte indissociável do Contrato XX/XXXX firmado a partir do Edital XXXX e de

seus demais Anexos

* 1. Este documento apresenta os critérios de medição de resultado, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
  2. A fiscalização dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto neste Anexo, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:
     1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar, com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou
     2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
     3. Descumprir obrigações contratuais e legais;
     4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
  3. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
  4. O preposto da contratada poderá solicitar ao fiscal do contrato a avaliação de nível dos serviços;
  5. O preposto da contratada deverá apor assinatura na avaliação de nível dos serviços, tomando ciência da avaliação realizada;
  6. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;
  7. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço, em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada, de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
  8. É vedada a atribuição à contratada para a realização da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços executados;
  9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
  10. Os IMRs deverão ser emitidos mensalmente juntos com a planilha de medição dos serviços executados no período. A contratada deverá assinar o IMR e a planilha de medição para confirmar ciência.
      1. As ordens de serviços contabilizadas na planilha de medição do mês são aquelas que seus serviços foram concluídos neste mês. Já para o IMR do mês, serão contabilizadas as ordens de serviços com ocorrência no mês ou que o prazo de execução expirou nesse mês sem que o serviço fosse concluído.
         1. Caso a ocorrência não seja resolvida, ela será contabilizada nos IMR dos meses seguintes, até a sua solução.
      2. Caso a empresa NÃO emita Nota Fiscal todos os meses, quando a Nota Fiscal for emitida, o valor final da nota será calculado aplicando o fator de ajuste relativo a cada mês pendente de pagamento, como na fórmula abaixo:

Valor final da Nota Fiscal= [Valor da medição do mês 01 \* Fator de Ajuste do IMR do mês 01] + [Valor da medição do mês 02 \* Fator de Ajuste do IMR do mês 02] +...+ [Valor da medição do mês (n) \* Fator de Ajuste do IMR do mês (n)].

**2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO**

* 1. Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de 03 (três) indicadores de

qualidade: atraso na prestação dos serviços, prestação dos serviços divergente do solicitado e outras obrigações contratuais diversas.

* 1. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.
     1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.
     2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem).
     3. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo de pontuação de qualidade.

|  |  |
| --- | --- |
| **Indicador** | |
| **Nº 01** Atraso na prestação dos serviços | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Garantir um atendimento célere às demandas do órgão. |
| Meta a cumprir | Nenhuma ocorrência no mês |
| Instrumento de medição | Constatação formal de ocorrências |
| Forma de acompanhamento | Pelo fiscal do Contrato através de Registros. |
| Periodicidade | Mensal |
| Mecanismo de Cálculo | Identificação de ocorrência de atraso no mês de referência. |
| Início de Vigência | A partir do envio da Ordem de serviço |
| Faixas de ajuste no pagamento | * Sem ocorrências: 40 pontos * 01 ocorrência = 30 pontos * 02 ocorrências = 20 pontos * 03 ocorrências = 10 pontos * 04 ou mais ocorrências = 00 pontos |
| Sanções | Ver item 3.2 |

|  |  |
| --- | --- |
| **Indicador** | |
| **Nº 02** Prestação dos serviços divergente do solicitado | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Garantir um atendimento conforme as demandas do órgão. |
| Meta a cumprir | Nenhuma ocorrência no mês |
| Instrumento de medição | Constatação formal de ocorrências |
| Forma de acompanhamento | Pelo fiscal do Contrato através de Registros. |
| Periodicidade | Mensal |
| Mecanismo de Cálculo | Identificação de ocorrência de atraso no mês de referência. |

|  |  |
| --- | --- |
| Início de Vigência | A partir do envio da Ordem de serviço |
| Faixas de ajuste no pagamento | * Sem ocorrências: 40 pontos * 01 ocorrência = 30 pontos * 02 ocorrências = 20 pontos * 03 ocorrências = 10 pontos * 04 ou mais ocorrências = 00 pontos |
| Sanções | Ver item 3.2 |

|  |  |
| --- | --- |
| **Indicador** | |
| **Nº 03** Outras obrigações contratuais diversas | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Garantir o comprimento das obrigações contratuais |
| Meta a cumprir | Cumprir obrigações contratuais |
| Instrumento de medição | Constatação formal de ocorrências |
| Forma de acompanhamento | Pelo Fiscal do Contrato através de Registros. |
| Periodicidade | Por verificação do cumprimento das obrigações contratuais |
| Mecanismo de Cálculo | Identificação de ocorrência no mês de referência. |
| Início de Vigência | A partir do início da prestação do serviço |
| Faixas de ajuste no pagamento | * Sem ocorrências: 20 pontos * 01 ocorrência = 15 pontos * 02 ocorrências = 10 pontos * 03 ocorrências = 05 pontos * 04 ou mais ocorrências = 00 pontos |
| Sanções | Ver item 3.2 |
| Observações | O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto ao cumprimento das obrigações contratuais não especificadas nos indicadores 1 e 2. |

**3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO**

* 1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos

apresentados nas tabelas acima.

* 1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, sendo que os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Faixas de Pontuação de qualidade de serviço** | **Pagamento Devido** | **Fator de Ajuste do**  **Instrumento de Medição de Resultado** |
| De 80 a 100 pontos | 100% do valor previsto | 1,00 |
| De 70 a 79 pontos | 97% do valor previsto | 0,97 |
| De 60 a 69 ponto | 95% do valor previsto | 0,95 |
| De 50 a 59 pontos | 93% do valor previsto | 0,93 |
| Abaixo de 50 pontos | 90% do valor previsto | 0,90 |
| Valor devido por ordem de serviço = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)] | | |

* 1. A avaliação abaixo de 50 pontos por 03 (três) vezes poderá motivar aplicação de sanções conforme instrumento contratual deste edital, a exemplo de multa e/ou a rescisão do Contrato.
  2. O ajustamento do pagamento de acordo com a pontuação obtida no IMR, não impede a contratante aplicar as sanções previstas no Edital e seus respectivas anexos.

**4. CHECK LIST PARA AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Indicador** | **Critério (Faixas de Pontuação)** | **Pontos** | **Avaliação** |
| 1) Atraso na prestação dos serviços | Sem ocorrência | 40 pontos |  |
| 01 ocorrência | 30 pontos |
| 02 ocorrências | 20 pontos |
| 03 ocorrências | 10 pontos |
| 04 ou mais ocorrências | 00 pontos |
| 2) Prestação dos serviços divergente do solicitado | Sem ocorrência | 40 pontos |  |
| 01 ocorrência | 30 pontos |
| 02 ocorrência | 20 pontos |
| 03 ocorrência | 10 pontos |
| 04 ou mais ocorrências | 00 pontos |
| 3) Outras obrigações contratuais diversas. | Sem ocorrência | 20 pontos |  |
| 01 ocorrência | 15 pontos |
| 02 ocorrência | 10 pontos |
| 03 ocorrência | 05 pontos |
| 04 ou mais ocorrências | 00 ponto |

Pontuação Total do Serviço: \_

Período da Avaliação: / /\_ a \_ / \_/ \_.

FISCAL DO CONTRATO

Ciência pela empresa contratada:

Preposto